

RELATÓRIO - DENUNCIA DO CIMI NACIONAL

A BR-156: OS INDIOS, O GOVERNO-FUNAI EAS MAS INFLUENCIAS

O Conselho Indigenista Missionário, reunido em Assembléia nos dias 09-12 de outubro, sente-se no dever de esclarecer a opinião pública a respeito da implantação da rodovia BR 156 na reserva indígena do Rio Uaçá, no Município de Oiapoque, e denunciar a ameaça de expulsão do Padre Nello Ruffaldi, coordenador do CIMI Norte II, formulada pelo procurador da República do Amapá, Dr. Caetano Amico.

O CIMI protesta contra mais esta invasão de área indígena pelo Governo do Amapá, acobertada por uma campanha de pressão na imprensa e pela 2ª. Delegacia Regional da FUNAI.

1. O CONTRATO.

No dia 30 de setembro passado, o Governo do Território e os representantes dos povos indígenas GALIBI, KARIPUNA e PALIKUR assinaram contrato para a penetração da BR 156 na reserva indígena numa extensão de 27 Km e faixa de domínio de 80 m.

O Governo garante a não invasão através de dois postos de fiscalização na entrada e saída da reserva; garante também a indenização da terra e da madeira necessária à construção e manutenção das pontes. Um ramal, e possivelmente dois, serão abertos rumo às aldeias Galibi e Palikur, que ganharão caminhão e a contratação de um motorista indígena.

Governo e FUNAI ganharam elogios dos índios, principalmente do cacique Palikur Paulo Orlando Filho, que chamou o Governo de "nosso pai" e a FUNAI de "nossa cabeça".

Os índios, por sua vez, se tornaram "nossos irmãos", ganharam vários presentes, além do privilégio de serem hospedados no palácio do Governo, tomar banho de piscina e comer em companhia do Sr. Governador.

A "PAZ", que tinha sido ameaçada pela oposição das comunidades indígenas ao projeto, voltou para satisfação de todos. "Teve alguém que quis atrapalhar a nossa missão, mas graças a Deus tudo foi superado", disse o governador.

A FUNAI quase proclama dia nacional de ação de graças: "É motivo de regozijo nacional essa possibilidade de integração das comunidades indígenas de Oiapoque com o Território". Satisfeitos ficaram também os índios: "Agora estamos mais ou menos tranquilos, porque o Governo nos vai dar segurança".

2. "A PAZ".

Dias antes de conquistada essa "paz", a Folha de Belém sai em artigo com a manchete alarmista: "INDIOS AMEAÇAM POPULAÇÃO DA CIDADE DE OIAPOQUE", fala de tribo não identificada em pé de guerra e classifica os índios de "selvagens, reconhecidamente ferozes". O JORNAL DO POVO afirma que os índios chegaram a lembrar o massacre ocorrido recentemente no Pará...na área Goroti-re".

Sem falar dos termos etnocêntricos, como "selvagens", "culturalmente atrasados", "imcompreensivos", abundantemente repetidos nessa ocasião, é preciso dizer que os índios são bons, e até nossos irmãos, quando beijam a mão que lhes tira as terras e entendem as exigências do "progresso"; de outra maneira, são selvagens.

Afinal, afirma o Governador nomeado de Roraima: "Não é um grupinho de índios que vai atrapalhar o desenvolvimento da Nação.

Fiquem tranquilos: os índios, "reconhecidamente ferozes", arrependem-se de ter matado um passarinho; caçam e pescam só para suprir as necessidades primárias; derrubam a mata só para construção de casas, para roça e fábriço de canoas, ao contrário de tantos "civilizados" brasileiros e estrangeiros que estão devastando a flora e a fauna da Amazônia em nome do tão enfatizado

"progresso", que é riqueza para poucos e miséria para muitos.

Fiquem tranquilos: não é necessário fazer guerra para atravessar uma reserva indígena, como o recente contrato demonstra.

3. AGRADEÇAM AS ... MÁS INFLUENCIAS.

Com isto fica demonstrado não ser necessário consultar os índios para lhes tirar as terras ou invadí-las; isto é, desde que os índios forem "bonzinhos". O traçado da BR 156 foi planejado e os trabalhos de desmatamento iniciados dentro da área indígena sem que os índios nem de longe fossem consultados. Os apelos à FUNAI para modificação do traçado caíram no vazio e não mereceram nenhuma resposta. A área indígena foi de fato considerada terra sem dono e os índios simplesmente ignorados.

Isto até o momento que os índios reclamaram o direito de dar a própria opinião a respeito, segundo declarações de autoridades e jornalistas, devido às "más influencias externas".

Dai surgiu a necessidade de um diálogo com os índios e o conseqüente oferecimento de uma compensação em troca da terra; compensação que aumentou na proporção de uma oposição indígena ao projeto.

Amigos índios, se foram insuflados, agradeçam as más influencias que possibilitaram algumas vantagens em contrapartida. Na nossa sociedade é necessário lutar para que os direitos sejam respeitados.

4. O PROBLEMA MAL APRESENTADO DA BR 156

A propaganda apresentou o problema da BR 156 nestes termos:

a. O Governo quer construir esta rodovia que trará imensos benefícios ao Município de Oiapoque e os índios estão contra a implantação do projeto por não entender a importancia do mesmo para o benefício da região.

b. A rodovia tem que atravessar necessariamente a reserva indígena: o desvio resultaria em atraso da obra e grandes despesas, e o Governo já gastou recursos incalculáveis e garante respeito aos direitos dos índios.

O problema é mal colocado porque: 1) os Karipuna, Galibi, Palikur nunca foram contra a implantação da rodovia BR 156; simplesmente exigem que ela não atravesse a reserva. As razões que eles mesmos sempre alegam é o medo, aliás bem fundamentado por inúmeras experiencias negativas de outros povos indígenas, de invasões, além do roubo de madeira, caça e pesca abusivas, que já se tornaram realidade no trecho de estrada inicial que contorna a reserva. O problema se torna maior quando se sabe que a reserva indígena do Uaçá é em sua maior parte constituída de terreno alagadiço, sendo o trecho cortado pela rodovia a única parte de terra firme. 2) até agora ninguém demonstrou a "necessidade" de a rodovia atravessar a reserva indígena, ou a inviabilidade de um traçado que a contorne.

c. É verdade que neste projeto o Governo já investiu recursos incalculáveis. Há cerca de 25 anos se vem trabalhando na implantação desta rodovia. O traçado original já foi mudado. Mas os povos indígenas de Oiapoque nada tem a ver com as "incalculáveis despesas", nem com a modificação do traçado. É a outros, não aos índios, que se deve pedir prestação de contas. Quanto à urgencia da estrada e ao atraso que um possível desvio comportaria, lembramos que desde o ano passado pelo menos, os índios, reunidos em assebléia, vem pedindo providencia em carta redigida ao Presidente da FUNAI.

A verdade é que a opinião dos índios não foi levada em consideração, e se quer responsabilizá-los pelas irresponsabilidades de outros.

5. RESERVAS INDÍGENAS E RODOVIAS

As estradas atravessando as reservas indígenas resultam sempre em calamidade para os índios e as garantias do Governo tem sido falhas, como se pode provar com dezenas de exemplos:

- Estrada Cuiabá-Santarém: os índios Kren-Akarore, conhecidos como índios gigantes, que eram aproximadamente 350, em quatro anos apenas ficaram reduzidos a 72, e só não morreram totalmente porque foram retirados da região.

- Quantos índios Waimiri-Atroari, atingidos pela estrada Manaus-Caracarái, teriam morrido, é impossível calcular.
- A Transamazônica trouxe para os Parakanã enfermidades e morte, e até hoje se encontram em estado precaríssimo, apesar das garantias governamentais. O sertanista Antonio Cotrim Neto, da equipe de atração ao longo da Transamazônica, se demitiu da FUNAI porque não queria continuar a ser "coveiro de índios".
- Prostituição e doença foi o que a estrada Perimetral Norte levou aos Índios Yanomami, no Território de Roraima.
- Referindo-se à BR 80, que atravessa o Parque do Xingu, assim falou o sertanista Orlando Villas Boas: "Não tem levado para a região senão cachaça, prostituição, aventureiros e depredadores da natureza". A região ao norte da estrada e margem direita do Xingu foi invadida por fazendas, o que recentemente causou a reação dos índios Txucarramãe, que mataram 11 peões.
- O líder dos Tembé advertiu, dias atrás, que a estrada implantada pela fazenda "Irmãos Coragem" dentro da reserva foi a causa da invasão de 2.000 colonos. Os índios e o delegado da FUNAI tiveram que derrubar a ponte de acesso e interromper o tráfego.
- Os Saterê-Maué estão lutando com todas as forças para impedir a implantação da estrada Maué-Itaituba dentro da própria reserva.
- A implantação de uma variante da BR 364, que deverá atravessar o território do povo Nambikwara, é motivo de campanha no Brasil e no exterior em defesa deste povo já tão duramente provado.

"Os males que as estradas construídas na Amazonia, com o beneplácito ou à revelia da FUNAI, causaram aos índios da região, nos sete anos desta década de 70, superam de muito tudo o que lhes aconteceu nos setenta anos anteriores. Mas o gravíssimo, na questão das estradas, é que o próprio Presidente da FUNAI, Gen. Oscar Ferônimo Bandeira de Mela, mistificava a opinião pública dizendo que "as estradas não iam criar problemas para os índios", já foi dito na CPI do Índio pelo então secretário do CIMI.

Entretanto, o antropólogo Ney Land, assessor do próprio presidente da FUNAI, afirmou: "Todos sabem que uma estrada, cortando reservas indígenas, é um veículo que traz enormes problemas para os índios e conseqüentemente para a FUNAI".

Este nosso posicionamento é o mesmo de quantos defendem de verdade a causa indígena.

6. O PAPEL DA FUNAI

Imprensa e índios destacaram o importante e decisivo papel da FUNAI, através da 2a. DR, na conclusão do contrato Governo-Índios. A FUNAI, por missão tutora e defensora dos índios, conhecedora da problemática que as rodovias criam para os índios, se fez advogada de outros órgãos do Governo para convencer os índios a capitularem. A FUNAI traiu os índios!

Não podia ser diferente, devido à fase avançada do projeto de "Estatualização" que está se realizando nesta área. Os problemas de saúde, educação, projetos agrícolas, estão sendo delegados ao Governo do Território, à Prefeitura, à Colonia Militar, num processo sempre mais rápido. Os problemas resultantes são múltiplos, e a omissão da FUNAI torna-se mais aguda.

O fato mais característico é a presença da fazenda do exército no coração da área indígena. É inútil dizer que, quando foi instalada, os índios receberam as garantias de que a mesma não só não iria prejudicar a comunidade Galibi, mas ao contrário traria grandes benefícios. Atualmente, os índios, depois de verem suas roças destruídas pelo rebanho bubalino, se veem coagidos a plantar os seus mandiocais no Alto Uaçá, à grande distância da aldeia. Os repetidos apelos à FUNAI por parte da comunidade até agora não surtiram efeito.

7. A NOVA E VELHA ESTRATEGIA: SE OS INDIOS SÃO REBELDES É PORQUE HÁ AGITADORES NO MEIO DELES

Queremos alertar a opinião pública a respeito de declarações oficiais e não oficiais que pretendem explicar a revolta ou "incompreensão" dos povos indígenas partindo de insufladores.

É fácil demais a explicação dos conflitos afirmando que a culpa é dos agitadores do povo. É difícil acreditar na ingenuidade deste pessoal, mais certo é afirmar que há uma malícia, uma estratégia planejada para confundir o povo simples e a opinião pública não esclarecida. É o poder a serviço dos grandes e poderosos, o mesmo que lança posseiro contra índio, pobre contra pobre.

Esta técnica já é muito velha, foi já usada com Jesus, e no meio do povo é ainda fácil encontrar alguém disposto a vendê-lo por 300 denários.

No caso dos índios Txucarramae, os fazendeiros chegaram a jogar a culpa sobre Dom Pedro Casaldáliga e a Prelazia de São Félix, que nunca tiveram contato com os referidos índios.

Em Roraima, o deputado Hélio Campos pronunciou pesadas acusações contra o bispo Dom Aldo Mongiano e a Igreja de Roraima, acusando-os de insuflar os índios que estão demarcando uma terra demarcada. Este deputado é o mesmo que propôs projeto de lei para afastar os índios da faixa de fronteira, por motivo de "segurança nacional", ou seria mais honesto dizer, por defender os interesses dos latifundiários e companhias de mineração.

Agora, a respeito da BR 156, para explicar a oposição dos índios, muito se insistiu sobre a presença de insufladores e particularmente a respeito de um "padre que estaria insuflando os selvagens", e também de "gente vindo de Brasília para investigar uma possível rebelião indígena, sob patrocínio religioso". A repetida propaganda e, sem dúvida, à forte pressão em cima dos índios acrescentou-se outro fator:

No dia 17 de setembro o Procurador da República em Macapá, Dr. Caetano Amico, se apresentou ao Bispo da Prelazia, Dom José Maritano, pedindo a transferência do Pe. Nello Ruffaldi, Coordenador do CIMI Norte II e Vigário da Paróquia de Oiapoque. Frente à franca recusa de Dom José, o mesmo ameaçou iniciar um processo de expulsão do país do referido padre.

O Procurador da República e o senhor Deputado Hélio Campos de Roraima com muitos outros, não entendem ou não querem entender que quem está insuflando os índios são cinco séculos de extermínio e de opressão.

Quem está insuflando os índios são o assassinato das lideranças, as terras invadidas, as epidemias alastradas, os direitos violados.

Tirem estas causas, e os índios ficarão quietos com suas bordunas e flechas.

Governo, missões e outros mais, há séculos, pressionam os índios no sentido da necessidade de "progresso" que troca as malocas pelas favelas, o bem comum pelo bem de poucos, as festas e danças sagradas pelo folclore, o orgulho de povos pela negação da própria identidade, a dignidade pela cachaça e prostituição.

Expedições armadas, bandeirantes e neo-bandeirantes-latifundiários, impuseram este "progresso" aos índios, como é decantado nos livros de história.

É preciso que se respeite o direito de pregar o progresso da partilha dos bens, da terra para todos, da igualdade da nossa condição frente a Deus, sem as barreiras e as divisões que a sede de riqueza, de poder, criaram na sociedade humana.

O direito de gritar que o Reino de Deus chegou e está ao nosso alcance. Reino de justiça porque temos um Pai comum e um só Senhor: Jesus Cristo. Reino que é uma herança do presente e não só uma dádiva do futuro. Reino em que cada povo tem o direito a viver segundo a própria cultura e os valores que o Espírito semeou numa história milenar. Reino e sociedade em que aos indígenas seja reconhecido o direito a serem verdadeiros povos e nações, segundo as palavras do próprio Papa João Paulo II em Manaus.

Anunciar este Reino que reconhece em cada pessoa e em cada povo a presença de Cristo que vem, a presença de Cristo que nos interpela, é missão da Igreja.

Não são as ameaças que vão freiar a sua ação, não é a manipulação dos fatos e das pessoas que vão abafar sua voz profética.

Os povos indígenas já sofreram a sua Paixão, já ofereceram o próprio tributo à morte, está na hora da Ressurreição.

É hora de nos envergonharmos de nossa "civilização", chamada cristã, e de nos convertermos ao Evangelho que os povos indígenas anunciam.

O cristão é aquele que anuncia que o Senhor Jesus Ressuscitou.

Concluimos com as palavras dos bispos e padres que assinam o documento Y-Juca-Pirama (o índio, aquele que deve morrer):

"A Ressurreição do Senhor não permite que seus arautos fiquem reduzidos a pioneiros de um sistema desumano, apaziguadores de conflitos a serviço dos poderosos, a anestesistas de povos chamados primitivos e selvagens para mortíferos transplantes culturais. A Ressurreição do Senhor não é compatível com qualquer atitude de desânimo ou desalento, porque é a demonstração da lógica divina que, na execução do Reino, se arma da força dos fracos e da sabedoria dos incultos.

Chegou o momento de anunciar, na esperança, que aquele que deveria morrer, é aquele que deve viver."

Brasília, 12 de outubro de 1980

Aniversário do martírio do Padre
João Bosco Benido Burnier

(Este documento foi rebatido pela Secretaria executiva para possibilitar a reprodução em xerox)

A diretoria do Conselho Indigenista Missionário - CIMI - recebeu do Regional Norte II - Pará-Amapá - um circunstanciado relatório sobre a presença e situação dos povos indígenas da Reserva do rio Uaçá-AP, e sobre o trabalho do Regional frente a ela.

O relatório registra a assinatura de um contrato estabelecido e assinado no dia 30 de setembro último, entre o Governo do Território Federal e representantes dos grupos Galibi, Karipuna e Palikur. O contrato arrancado aos índios autoriza a Rodovia BR-156 (Macapá - Oiapoque) a atravessar a Reserva Indígena injustamente nas terras firmes e agricultáveis das cabeceiras dos rios, numa reserva onde grande parte das terras são alagadiças. A estrada violará a Reserva Indígena numa extensão de 27 Km com uma faixa de domínio de 80 metros.

Num primeiro momento, quando os índios rejeitaram a tentativa de invasão da Reserva por meio de um acordo, montou-se pela imprensa regional uma campanha alarmista anunciando que "índios reconhecidamente ferozes" se preparavam para atacar a cidade de Oiapoque. O objetivo de tal campanha era claramente jogar a população envolvente contra os índios e ao mesmo tempo pressioná-los no sentido de cederem às pretensões do Governo do Território Federal.

Ao lado dessas pressões foi utilizado o velho e conhecido método de denunciar as "más influências" numa clara alusão à presença dos representantes da Igreja entre os índios. A denúncia das "influências externas" foi sustentada de ameaças de expulsão do país do coordenador do Regional Norte II do IMI, Pe. Nello Ruffaldi, de nacionalidade italiana, formuladas pelo Dr. Caetano Amico, Procurador da República do Amapá.

Essas ameaças se somam a atitudes do órgão oficial encarregado da tutela dos índios - a FUNAI - de expulsar missionários do CIMI na região dos índios Katukina, no Acre, em princípios de outubro.

Encaminhamos o presente relatório à presidência da CNBB, para que esses pastores tomem conhecimento desses fatos que poderão trazer graves consequências num futuro próximo. Os povos Galibi, Karipuna e Palikur poderão enfrentar brevemente a mesma tragédia, das epidemias, da vacinização, da desintegração, que os Nambikuara, Parakanã, Arara, Waimiri-Atroari, Krenarore e tantos outros povos que tiveram suas terras atravessadas por rodovias.

A diretoria do CIMI se solidariza com o Pe. Nello Ruffaldi por acreditar na suma importância de seu trabalho com os índios do Amapá e pela inquestionável fidelidade à linha de ação do CIMI.

BRASÍLIA, 12 de outubro de 1980

DIRETORIA DO CIMI

CEDI - P. I. B.
DATA 17 / 07 / 86
COD 00-043